

Conflitos Bélicos com Castela na Legitimação Simbólica do “*Mexias de Lisboa*” (1383-1385)¹

Adriana Maria de Souza Zierer - UEMA

Antes de compreender o papel da guerra na legitimação simbólica de uma nova dinastia, a Dinastia de Avis, iniciada com o governo de D. João I (1383-1433), é necessário situar o contexto político de Portugal em fins do século XIV.

A ascensão de D. João I ao poder ocorreu num período marcado por guerras com Castela, que se iniciaram desde o governo de D. Fernando (1367-1383), guerras estas que não foram favoráveis ao reino português e tiveram como conseqüências problemas sociais, tais como o aumento de impostos. Isso, associado à falta de trabalho, fomes e demais efeitos do contexto da época levaram ao surgimento de movimentos populares durante o seu reinado, conhecidos como *uniões*.²

O motivo alegado das revoltas foi o casamento de D. Fernando com D. Leonor, dama já casada, realizado em segredo em 1371 e reconhecido publicamente em 1372, o que foi mal-visto pela população. Porém, o verdadeiro motivo das revoltas foi provavelmente o mesmo de outras ocorridas na Europa no mesmo período, marcado pela peste, fome e guerra³. Com relação à sucessão de D. Fernando, na falta de um herdeiro masculino, o trono passaria para um descendente de D. Beatriz, sua única filha legítima. Esta havia se casado com D. João, rei de Castela, após a última guerra entre Portugal e este país. Ficou então decidido pelo tratado de Salvaterra dos Magos que após a morte do rei D. Fernando e na menoridade do herdeiro de sua filha, o reino seria governado pela viúva, D. Leonor.

Com a morte do monarca, formaram-se dois grupos que desejavam o poder em Portugal, o de D. Leonor e o Conde Andeiro e o de D. Beatriz e seu marido D. João de Castela. O Mestre de Avis se colocou entre estes dois grupos e lutou pelo poder, tornando-se inicialmente regedor de Portugal (dezembro de 1383) e depois rei, com o apoio da nobreza secundogênita, elementos dos grupos urbanos (mercadores e membros dos concelhos) e a população pobre das cidades.

Ao analisar o governo de D. João I, seu cronista Fernão Lopes afirmou que D. João representava o *novo*, isto é, o “amor à terra” e o desejo dos “naturais” ou a “arraia-miúda” em apoiar o reino e o Mestre de Avis contra o domínio de Castela, o que era contrário ao direito feudal vigente.

Mas não havia ainda um “sentimento nacional” dentro de Portugal à época de D. João I, tanto que a maior parte da nobreza apoiou o rei de Castela, uma vez que, segundo o direito consuetudinário, seguido pelos nobres, esta era a norma correta a ser adotada. Até então havia uma fidelidade maior aos compromissos da nobreza enquanto grupo do que o compromisso com um território. Daí Fernão Lopes construir em seu relato a idéia de uma nobreza ideal, cuja ligação é com o reino e o monarca, personificado na figura de Nuno Álvares Pereira, em oposição à nobreza tradicional, acusada no relato de constituir os “enxertos tortos” da oliveira portuguesa.

A justificativa de Fernão Lopes em torno de D. João como o eleito de Deus, isto é como o *Mexias* de Lisboa, conforme apresentado na sua crônica, tem por objetivo garantir-lhe a legitimidade. Em virtude de ser bastardo e por haver obtido o poder com base na força, era necessária uma legitimação simbólica do seu governo, pois embora tenha conseguido se eleger como rei nas Cortes de Lisboa (1385), D. Nuno, seu comandante militar, coagira os votantes a apoiarem D. João, o vencedor contra Castela na Batalha de Atoleiros (1384).

É importante pensar que Fernão Lopes, cronista a serviço de uma dinastia, escreveu a *Crônica de D. João I* já após a morte do monarca (1433), entre os anos de 1440 e 1448. Seu relato é uma história encomendada que denigre alguns em detrimento de outros. D. João ficou conhecido com o epíteto de rei da Boa Memória e é possível acreditar que a propaganda das suas ações já era feita quando estava vivo. Segundo Armindo de Sousa, documentos da corte de poucos anos após a sua morte o intitularam como “Pai dos Portugueses”, o que parece confirmar tal hipótese⁴.

Assim, é importante perceber que o documento do cronista procura legitimar uma nova dinastia no poder, apresentando uma estratégia discursiva que não poderia ser contestada no campo simbólico, através dos milagres que o cronista descreve acerca das

ações bélicas de D. João e D. Nuno, mostrando a preferência de Deus pelo *Mexias* e o consagrando no poder. Embora bastardo, palavra nunca mencionada pelo cronista, D. João foi rei pela “vontade divina” e por ser “filho de rei”, já que era filho do rei anterior a D. Fernando, o monarca D. Pedro (1357-1367).

As pesquisas do *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF – têm enfatizado nos documentos da nova dinastia a questão do **discurso do paço**⁵, centrado em três elementos, a questão do povo, do sentimento de nacionalidade e sua associação à Dinastia de Avis, discurso esse que, segundo Vânia Fróes, era constituído por uma série de escritos que não apenas legitimaram o primeiro monarca avisino, como também sugeriam regras de comportamento da “nova nobreza” e da “nova monarquia”, garantindo assim a unidade simbólica da Dinastia de Avis⁶.

O elemento a ser ressaltado neste trabalho sobre a *Crónica de D. João I* é a relação entre a religiosidade e a sua apropriação pelo poder político. Desta forma, através do relato de Fernão Lopes, D. João é apresentado como o Messias de Lisboa, o exemplo de bom cristão capaz de salvar o reino português do domínio castelhano, o que garantiria no futuro também a salvação espiritual dos habitantes de Portugal.

Quanto a D. João de Castela é descrito pelo cronista como mau cristão, tendo, portanto, aproximações com o diabo e personificando a imagem do Anticristo, isto é, aquele que vem destruir o reino de Deus e que na *Bíblia* pode ser representado por Satanás, por um dragão e por um tirano. Os termos Anticristo e Messias aparecem citados explicitamente na primeira parte da crônica de Fernão Lopes, respectivamente nos capítulos 63 e 123.

É importante mencionar também o contexto religioso da época de D. João, marcado pelo Cisma do Ocidente (1378-1417), com dois papas na Cristandade, em Roma e em Avignon, e num curto período, por ainda um terceiro papa, em Pisa. Esta é uma época de crença nas idéias joaquimitas, de que o fim do mundo está próximo e da esperança na vinda de um novo tempo.

Joaquim de Fiore foi um monge calabrês do século XII, que dividia o mundo em três idades: a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. Para ele, a última era estava próxima e

seria implantada a idade dos monges, com a reunificação da Igreja, depois de um período de perseguições⁷. Após a sua morte, os escritos de Joaquim foram condenados, mas mesmo assim, secretamente admirados, o que acabou por dar origem a crenças milenaristas.

As idéias joaquimitas em Portugal eram aceitas por alguns grupos como os beguinos e franciscanos espirituais (que defendiam a pobreza de Cristo), os quais acreditavam na possível chegada de um rei salvador ou rei dos Últimos Dias. Este seria aquele que combateria o Anticristo e iniciaria um novo tempo de felicidade na terra, antes do derradeiro fim, o Juízo Final, quando Cristo retornasse para julgar os bons e maus, e o Paraíso fosse estabelecido.

Utilizando esta expectativa messiânica de alguns elementos da sociedade portuguesa, o cronista apresentou na sua crônica, a ascensão de D. João ao poder como um combate entre o bem e o mal. Pelo fato de D. João apoiar o papa de Roma, tido pelo cronista como o papa legítimo e de D. João de Castela apoiar o papa de Avignon, este monarca será intitulado pelo cronista como “herético e cismático” e suas ações apresentadas como condenáveis. Já as de D. João de Portugal terão a proteção de Deus, o que é demonstrado quando um santo, Frei da Barroca toma uma embarcação para Lisboa e faz a previsão de que o Mestre de Avis e os seus seriam os reis de Portugal.⁸

Um primeiro indício da proteção divina ao eleito de Deus pode ser mostrado quando Fernão Lopes descreve o Cerco de Lisboa, realizado pelos castelhanos em 1384. De acordo com a lógica do cronista, por serem pecadores os portugueses deveriam ser colocados à prova para ver se mereciam realmente a vitória contra os maus cristãos. A cidade de Lisboa é vista como possuindo analogias com o povo português e com a Virgem Maria, e espera ser salva por D. João. Entre os milagres que apontam para a vitória dos portugueses, estão a aparição de homens com vestiduras alvas de anjos ao exército português e a chuva de cera que cai do céu. Num primeiro momento, os portugueses rezam a Deus e parece que suas preces não são atendidas. A fome é grande entre a população.

Numa resposta divina, uma peste é enviada somente ao exército castelhano. Mesmo ao misturar prisioneiros portugueses com os infectados, nada acontece e por fim, pelo fato de a esposa do rei castelhano ser infectada, este baixa o Cerco, o que representa a vitória portuguesa nas tribulações e seu merecimento em ser salva pelo escolhido de Deus, D. João.

Este é apresentado pelo cronista como seguidor do “Evangelho Português”, sendo ele, assim como Nun’Alvares Pereira vistos como representantes do papa de Roma e que por isso, defendiam o reino de seus inimigos e para manter esta fé “espargiram seu sangue até a morte”⁹. D. João é comparado no relato a Cristo e a Moisés e D. Nuno a S. Pedro¹⁰. É importante lembrar o papel de Moisés como aquele que levou o povo prometido de Deus à terra onde abundaria leite e mel.

As tribulações enfrentadas pela cidade de Lisboa, através da fome, da sede, da guerra e da peste (embora este último tormento só tenha atingido os castelhanos) poderiam significar um curto estabelecimento da vitória do Anticristo na terra, representado pelo papa de Avignon e seu apoiante, D. João de Castela. Porém a vitória de D. João representada pelo descerco pode ser entendida como o estabelecimento de uma nova sociedade, um novo período de felicidade na terra, governado por um rei escolhido de Deus (um rei dos Últimos Dias, que combate o Anticristo) até o reaparecimento do Salvador, o Filho de Deus, separando definitivamente os pecadores dos salvos no Juízo Final. Este rei terreno pertencia, segundo a visão do cronista, também a uma dinastia eleita, a Dinastia de Avis.

Portanto, Fernão Lopes consegue o estabelecimento de uma imagem positiva para D. João e sua dinastia, ancorada na religiosidade e na idéia de que D. João representa o bem, o cristianismo, o salvador de Portugal e aquele que estabelece um novo tempo, que o cronista intitula como a Sétima Idade, no qual elementos de categoria inferior seriam nobilitados. Além disso, seria iniciado também um período de justiça e de atendimento aos anseios dos “humildes”¹¹. Ao contrário de outros pensadores medievais como Santo Agostinho, Beda e Joaquim de Fiore, que vêem a sexta idade como um período de

decadência próximo do fim dos tempos, o cronista apresenta a Sétima Idade como um “novo tempo” de felicidade na terra.

A seguir, Fernão Lopes atribui a uma autoridade religiosa, frei Rodrigo de Cintra, a explicação dos acontecimentos do Cerco. O frei faz comparações bíblicas e aponta que se os castelhanos tentassem investir outra vez contra Portugal teriam uma fragorosa derrota. Portanto, a segunda investida do exército castelhano pode ser vista como a segunda tentativa de domínio do Anticristo, que, segundo o *Apocalipse*, precederia o Juízo Final. De acordo com o *Apocalipse*, os povos de Gog e Magog viriam junto com o Anticristo para preparar o seu advento. Pouco depois, porém, são derrotados pelos santos e mártires e quarenta dias após a sua morte viria o Juízo Final e a Parusia¹².

O cronista convenientemente estabelece o período de felicidade com a época introduzida por D. João I. No entanto, após o estabelecimento do governo joanino, instaurando o início da Sétima Idade, não haveria nenhuma outra modificação social, pois o cronista não pretende um rompimento com a ordem estabelecida, mas sim justificar o novo grupo político que ascendeu ao poder, a Dinastia de Avis.

Na segunda parte da crônica, quando D. João já foi aclamado como rei pelas cortes de Coimbra é contado o episódio que vai legitimar pelas armas a vitória portuguesa contra Castela: a Batalha de Aljubarrota (1385). Antes da batalha, pode-se notar a preocupação de D. João na “diminuição” dos pecados dos habitantes de Portugal, proibindo práticas pagãs, como adivinhações e leitura de sortes, entre outras, além de encomendar procissões, visando agradecer a Deus e receber o merecimento da vitória¹³.

Teoricamente, segundo o relato, havia a impossibilidade de vencer a batalha pelo fato de o exército português ser muito menor. Nos números exagerados de Fernão Lopes, os portugueses teriam 6.500 homens, enquanto os castelhanos 30.000. Já os historiadores como Oliveira Marques afirmam que os castelhanos eram entre 17.500 e 19.000 homens e os portugueses 7.000¹⁴. Segundo a descrição do cronista, tudo no acampamento castelhano abundava: além dos homens, os armamentos, bebidas, conservas, o que indicava pelos fatos que o rei de Castela tinha todas as possibilidades para vencer a

batalha. Mesmo assim, o monarca é mostrado com atitudes cruéis, como a de ter mandado decepar e cortar as línguas de homens, mulheres e crianças e de ter ateado fogo a igrejas, como a de S. Marcos, em Trancoso¹⁵.

O cronista enfatiza várias vezes que apesar desta superioridade bélica, o rei de Castela invadia Portugal sem ter direito de fazê-lo, por não ter respeitado o Tratado de Salvaterra dos Magos, o qual previa que somente o seu descendente e da rainha D. Beatriz, filha do falecido D. Fernando, poderia ser o rei de Portugal. Tudo isso como para indicar que a despeito da sua vantagem, a vontade divina acabaria por pender para o lado de Portugal. É bastante mencionado no texto a questão de que o “juízo de Deus” seria feito.

O texto enfatiza ainda as rezas de cada um dos lados, os portugueses recebendo a comunhão pelo lado do papa Urbano de Roma¹⁶ e os castelhanos pelo lado do papa de Avignon. Segundo o cronista: “E dois bispos que ali vinham e alguns frades pregadores outorgavam indulgências da parte do antipapa a todos os que contra os portugueses tomassem armas ou dessem ajuda daquilo que tivessem para lhes fazer a guerra.”¹⁷ Porém os portugueses fiavam-se na mãe de Deus. Por a luta ocorrer na véspera da Assunção da Virgem Maria, os portugueses rezaram e fizeram o jejum, o que demonstrava a sua devoção¹⁸.

A vitória nas armas que os portugueses tiveram representa, aos olhos do cronista, o próprio milagre e a confirmação de todos os fatos precedentes da eleição divina de D. João por Deus. Segundo Oliveira Marques, a vitória portuguesa ocorreu porque o exército castelhano estava desmotivado e acreditava que a vitória já era certa. Quanto ao exército português, estrategicamente se posicionou melhor no planalto, construiu uma paliçada defensiva e abriu fossos e outras paliçadas, impedindo o avanço da cavalaria castelhana. Além disso, também contribuiu com a vitória o próprio desejo dos portugueses de vencer o combate.

De qualquer modo, a batalha de Aljubarrota foi o marco capaz de consolidar a imagem de D. João como bom governante e Rei da Boa Memória e estes feitos bélicos,

somados a tomada de Ceuta em 1415, confirmaram a figura de D. João como um rei poderoso nas armas e escolhido por Deus para governar.

Para além dos efeitos positivos da conquista nas armas, houve também a vitória simbólica dos escritos de Fernão Lopes para consolidar uma imagem positiva da Dinastia de Avis através da figura de seu primeiro monarca. Mas é importante lembrar que o governo joanino foi marcado por aumento de impostos, as sisas, guerras prolongadas (a paz com Castela só foi assinada em 1411) e reclamações dos pequenos contra os abusos dos grandes. De forma que, a Sétima Idade tão prometida nos escritos de Fernão Lopes à arraia-miúda, aos “verdadeiros portugueses” que lutavam por sua terra, Portugal, ficou relegada, na prática, a um outro plano imaginário, que seria o da vida após a morte, onde segundo o pensamento cristão todos são iguais.

¹ Este artigo condensa algumas idéias apresentadas principalmente no cap. 3 da minha tese de Doutorado, intitulada, *Paraíso, Escatologia e Messianismo em Portugal à Época de D. João I (1383/85-1433)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

² Estas revoltas ocorreram em Abrantes, Leiria, Santarém e Montemor-o-Velho, eclodindo de 1372 a 1375 e também no ano de 1379, em Tomar. Cf. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 28.

³ SOUZA, Armindo de. *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso). Lisboa: Editorial Estampa, v.II, s/d, p. 491.

⁴ *Ibid.*, p. 497.

⁵ FROÉS, Vânia Leite. “Teatro como Missão e Espaço de Encontro de Culturas”. In: *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas – Actas. Igreja, Sociedade e Missionação*, vol. 3. Lisboa-Braga: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Universidade Católica Lusitana, p. 189.

⁶ Sobre a nova nobreza, cf. ACCORSI JR., Paulo. “Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte de D. Duarte. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 113-147.

⁷ DESROCHE, Henri. *Dicionário de Messianismos e Milenarismos*. São Paulo: UESP, 2000, p. 269-270.

⁸ FERNÃO LOPES. *Crónica de D. João I* (CDJ). Lisboa: Livraria Civilização, 1990, vol. I, p. 49.

⁹ CDJ, I, p. 340.

¹⁰ ZIERER, Adriana. *Paraíso, Escatologia e Messianismo ...*, p. 174. Cf. também REBELO, Luís de S. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 60.

¹¹ CDJ, I, p. 350.

¹² FRANCO JR, Hilário. *O Ano Mil. Tempo de Medo ou Esperança?* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 44.

¹³ CDJ, II, p. 101.

¹⁴ MARQUES, A.H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p. 530.

¹⁵ CDJ, II, p. 64.

¹⁶ CDJ, II, p. 103.

¹⁷ CDJ, II, p. 104.

¹⁸ CDJ, II, p. 93.